



EDITORIAL

50 Anos do Curso de Serviço Social da UEL

Odária Battini¹

“Trago fragmentos da rica história do Curso de Serviço Social da UEL que completa 50 anos, em especial do seu processo de criação e organização inicial. Forjado como um ato pensado e realizado por assistentes sociais interessadas na formação de profissionais qualificados, foi operado com significado crítico-social e coletivo que promoveu - e vem promovendo – a marca da profissão em Londrina e região. como uma especialização do trabalho coletivo: ideologicamente diversa, politicamente combativa, tecnicamente competente e socialmente reconhecida e legitimada. Tendo como suporte a democracia, seu foco aponta a prioridade na defesa dos trabalhadores, dos segmentos socialmente vulnerabilizados, na luta por uma sociedade justa, democrática e livre.

No período 1960-1970, doze assistentes sociais atuavam em Londrina em instituições sociais e empresas. Reuniam-se quinzenalmente na sede da Prefeitura para debater a profissão buscando consolidar coletivamente sua atuação.

Na década de 1970, foi criada a UEL que promoveu grande impulso econômico, social e intelectual na região. Com a expansão dos cursos superiores, em 1971 a assistente social Marisa Ribeiro, funcionária da Coordenadoria de Saúde e Serviço Social – COSASS/UEL, propôs a criação do Curso de Serviço Social, iniciando-se assim o processo de sua formulação.

As determinações da conjuntura no Paraná levaram para a necessidade da implantação do Curso quais sejam: o processo de interiorização do estado com a colonização de terras para cafeicultura; norte do Paraná estimula investimentos ingleses e japoneses por meio da Cia Melhoramentos de Terras do Norte Paraná; fatores

¹ Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Professora aposentada da Universidade Estadual de Londrina/UEL.PR.



associados à economia trazendo multiculturalismo: populações indígenas, tropeiros, paulistas, imigrantes europeus: italianos, ucranianos, alemães, holandeses, sírio-libaneses, espanhóis; com a política de imigração emerge a industrialização e ocupação de terras devolutas para abertura de pastagens, plantações de grãos e da cana-de-açúcar; formação de centros de atração econômica articulada ao processo de industrialização de São Paulo; integração norte-sul (1960) com a construção da Rodovia do Café para escoamento da safra pelo porto de Paranaguá.

Com tal realidade econômica e cultural, inicia-se a organização da força de trabalho no Norte do Paraná que, por sua vez exigia políticas públicas de atenção às suas necessidades e direitos – Saúde, Educação, Assistência Social, Qualificação para o Trabalho, Atenção às famílias, crianças e adolescentes. Daí a importância do Curso de Serviço Social.

O projeto de criação do Curso de Serviço Social foi elaborado e a pesquisa de demanda realizada na região, com assessoria do Prof. José Pinheiro Cortez, do Instituto de Serviço Social de São Paulo. O curso foi aprovado pela Resolução nº 100/72 iniciando-se sua implementação.

Nessa fase, Marisa Ribeiro solicitou ao grupo de assistentes sociais para participarem da sua implementação. Foi organizada a grade curricular, os planos de curso, a estrutura de funcionamento do curso buscando bibliografias pertinentes aos conteúdos previstos.

Uma vez aceito o plano de curso, a UEL abriu concurso público para contrato dos docentes no final de 1972. Dos 11 assistentes sociais inscritos, quatro compuseram o 1º grupo de professoras: Marisa Ribeiro, Lucia Maria Pereira, Sonia Maria de Carvalho Fraga e Odária Battini. Assumindo a docência, novas referências teóricas se colocavam urgentes para saber pensar melhor o exercício profissional objeto da formação profissional. Assim, em 1974 o grupo de professoras iniciou o curso de mestrado na PUC-SP, por conta e risco, não existindo política de pós-graduação na UEL. Simultaneamente, faziam o mestrado e organizavam o funcionamento do curso.

Dentre as quatro professoras, foi realizada a eleição da chefe e da sub-chefe do Curso: Sonia Fraga e Odária Battini e a coordenação do Colegiado de Curso de Direito e



Serviço Social, integrado por Lucia Maria Pereira e Marisa Ribeiro; foi elaborado o Regimento Interno do Curso em 1973; o Plano de Curso sustentado no tripé da Universidade: ensino, pesquisa e extensão; o Plano de Integração do SS com os Serviços Sociais existentes e a criar na UEL. Os projetos de pesquisa eram aqueles apresentados no curso de mestrado da PUC-SP; as professoras participavam dos órgãos colegiados superiores da UEL.

Era necessário articular-se aos debates sobre a emergência da renovação do SS capitaneados pela ABESS, colocando o Curso de Londrina na rota das discussões sobre a formação por meio das convenções nacionais.

Sustentadas nesse compromisso e já consolidadas as condições iniciais de funcionamento do Curso, foi dado seguimento as ações externas, quais foram: estrutura do curso/campos de estágio/ biblioteca/articulação com os órgãos da categoria profissional: CFASS, CRAS, ABESS, CELATS com intercâmbio entre escolas de SS da América Latina. Integração nos programas de extensão da UEL: CRUTAC (Paiquerê); Postos avançados de Saúde do HU na Vila da Fraternidade, Escritório de Aplicação, Programa Themis, COSASS, constituindo-se em campos de estágio dos estudantes.

Em 1973 o Curso realizou o I Encontro de Entidades Sociais de Londrina promovendo assessoria e instrumentalização das ações o que propiciou abertura de campos de estágio e de exercício profissional; no sentido de divulgar o curso de SS foram realizadas palestras nas escolas de segundo grau e pela via dos jornais da época resultando na ampliação do número de estudantes e, por consequência, do corpo docente. Em 1976 o Curso de Serviço Social da UEL formou a primeira turma de assistentes sociais totalizando 08 formandas.

O Curso participou do processo de criação das Associações e Sindicatos da categoria com a eleição de representante do norte do Paraná na Associação Paranaense de Assistentes Sociais, com sede em Curitiba. Na atualidade os NUCRESS representam o SS em suas atribuições específicas regionais.

Os debates da categoria profissional eram intensos. A perspectiva crítica do SS ganhava visibilidade e se consolidou no III CBAS, em 1979 – o chamado congresso da virada.



Um novo compromisso do SS se instalou indicando uma nova conjuntura da profissão, ou seja, Renovação e Contemporaneidade. Época extremamente rica. O SS pautava-se no princípio da defesa, garantia e consolidação dos direitos, promovendo o projeto de ruptura com o conservadorismo. Esse projeto consolida-se com um movimento de vanguarda profissional (Faleiros, Yazbek, Kameyama, Netto, Maria Ozanira, lamamoto).

Em 1982, Marilda lamamoto em seu livro *Relações Sociais e SS no Brasil* aponta novas bases teóricas sobre a profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho vinculada ao projeto emancipatório de campo democrático.

O Curso de SS de Londrina participou efetivamente dos movimentos profissionais da ABESS do período. Assumiu por várias vezes a representação da região sul na ABESS.

No período de 1991 a 1993, sediou a ABESS Nacional em Londrina, sob a coordenação da Profa. Lídia Maria M.R. da Silva quando aprofundou-se o debate sobre as diretrizes curriculares dos cursos de SS sustentadas nos fundamentos: da vida, da sociedade e da profissão.

Nos anos 1980 década houve a 1ª eleição direta na UEL em todos os níveis. O Curso de SS elegeu Odária Battini para chefe e Márcia Helena Carvalho Lopes sub-chefe do Departamento. Houve a implementação do processo de formação profissional com um projeto pedagógico participativo ocorrendo: criação das Equipes Didáticas por Período promovendo a inter-relação entre conteúdos a cada período buscando unidade na formação dos estudantes, incluindo a participação dos professores das disciplinas afins, de outros departamentos; o Seminário de Compreensão do Projeto de Formação Profissional na UEL com maciça participação dos estudantes e professores; instituição das comissões de pesquisa estruturadas na relação das professoras mestradas e doutorandas da PUCSP; três livros foram publicados como resultado das dissertações de mestrado Profa. Lídia tratando do tema família, Profa. Maria Dora tratando do Programa Themis e Profa. Odária tratando da atuação do AS no processo decisório; criação do Fórum de Debates do Curso de SS, inédito na UEL; participação do Curso na pesquisa nacional sobre a formação profissional capitaneada pela ABESS e publicada na Revista *SS e Sociedade* nº 14; o Curso da UEL foi eleito sujeito da pesquisa do Projeto Pedagógico



em SS, coordenado pelo CELATS, como uma das 15 escolas escolhidas entre as 60 existentes no Brasil; participação da pesquisa sobre o “Estudo da Metodologia nos Cursos de SS, sob a coordenação da Profa. Aldaiza Sposati, da PUC-SP e publicada no Caderno ABESS nº 3 integrando o grupo de pesquisa nacional; continuação dos cursos de pós-graduação – doutorado, na PUC-SP, o que originou financiamento de projetos de pesquisa incluindo bolsas de iniciação científica promovendo a qualificação de estudantes para a pesquisa. Tudo à luz das Diretrizes Curriculares e pelo Código de Ética Profissional.

Com esse rol de trabalho professores aprofundaram debates sobre o Projeto Ético-político Profissional, enfrentando desafios na docência e incrementando a pesquisa com projetos interdisciplinares, na formulação de políticas públicas da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, do Trabalho, da Saúde, promovendo assessoria aos municípios da AMEPAR, para implantação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social e do Trabalho com financiamento do Estado do Paraná, a criação da UNATI – Universidade Aberta a Terceira Idade.

EM 1991 o Departamento criou o Curso de Especialização: Estado e Políticas Sociais. Instituiu, também, o período noturno para melhor atender à demanda. Através dos seus cursos *stricto senso*, atua em núcleos de pesquisa com a participação de doutorandos e mestrandos, avançando na produção de conhecimentos, nas suas lutas e na formação de qualidade dos profissionais.

Na atualidade o Curso de SS de Londrina, já formou um contingente de 2000 assistentes sociais que se inscrevem nos diversos campos e espaços de intervenção, no âmbito das diferentes políticas sociais na região, inclusive nos espaços acadêmicos.

É nessa toada que o SS figura como uma profissão que tem desafios a enfrentar na direção ético-política da sua formação e do seu exercício profissional, pautando-se em princípios democráticos que iluminam a trajetória “do caminho do reino das necessidades para o reino da liberdade” (G. Lukács). Essa é a marca desta profissão. Parabéns ao Curso de Serviço Social da UEL nos seus 50 anos.

Saudações Universitárias”.



Agradecemos a profa. Odária pelas contribuições. O texto construído é uma homenagem aos sujeitos que, com ela, iniciaram a construção da história do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

É nesse clima festivo que esta edição foi organizada. O conjunto de textos selecionados representam uma pequena parcela do conhecimento, envolvendo diferentes e importantes temas, produzidos por assistentes sociais e demais interlocutores.

O primeiro artigo dessa edição com o título “Reflexões sobre o princípio ético da liberdade no exercício profissional de assistentes sociais” tem como objetivo refletir sobre a defesa da liberdade no cotidiano do exercício profissional do(a) assistente social.

O segundo “Contexto Pandêmico e Serviço Social: alguns impactos para o exercício profissional do assistente social” objetiva abordar alguns impactos no contexto pandêmico no cenário do exercício profissional do assistente social, concluindo que dos mesmos decorrem vários desafios a serem enfrentados pela categoria.

“A extensão rural está morta? Uma perspectiva a partir da inserção do assistente social na “área social” buscou analisar a formação e atuação dos assistentes sociais na extensão rural pública oficial brasileira, e de que forma sua configuração atual pode auxiliar tanto na construção de um diagnóstico quanto na condução de um processo de transformação dessa política pública

O quarto artigo “A atuação do assistente social no atendimento oncológico: realidades, humanização, desafios e possibilidades”, tem como tema a atuação do(a) assistente social no atendimento oncológico: realidades, humanização, desafios e possibilidades. A pesquisa aspirou descrever a atuação do assistente social no atendimento nesse setor, apresentando a realidade destes profissionais e os desafios que enfrentam na busca diária pelo bem-estar dos pacientes.

O quinto artigo visa compreender como a tendência familista assumida pelas políticas sociais brasileiras interage com o cenário da violência intrafamiliar contra idosos. Baseia-se em vivências de idosos com relação à violência intrafamiliar.



A seguir a artigo intitulado Concepções e práticas de gestão relacionadas à política do envelhecimento ativo em um município C, visa identificar as concepções e práticas de gestão relacionadas à política do envelhecimento ativo em um município. Os gestores envolvidos apontam o envelhecimento como processo natural, multifatorial e contínuo, que requer políticas públicas voltadas às demandas geradas pelo fenômeno, além de uma vitória, que necessita de investimentos ao longo da vida para que o momento seja vivido com autonomia, independência, saúde e qualidade de vida.

O sétimo artigo dessa edição tem como objetivo refletir sobre a organização e participação política dos povos indígenas no Brasil e suas demandas para a política de assistência social.

“Famílias quilombolas, pobreza e Serviço Social: um debate necessário a partir de comunidades do município de Ouro Verde de Minas-MG” traça o perfil das famílias negras rurais, nas comunidades do município de Ouro Verde de Minas-MG, também tituladas de remanescentes de quilombo, e apresenta os reflexos da questão social presente no cotidiano desse grupo considerado minoritário e ainda tão pouco estudado por pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, incluindo assistentes sociais.

O nono artigo através de ensaio teórico reflete sobre o crescimento da população carcerária feminina, analisando a partir da teoria da reprodução social a situação das mulheres no capitalismo contemporâneo, que em sua passagem se transformou, aproveitando cada crise autogerada e consolidando sua expansão; um contexto caracterizado pela criminalização / penalização da pobreza feminilizada, pela opressão e subordinação das mulheres a partir da divisão sexual do trabalho, colocando as mulheres em empregos assalariados precários, sobrepostos ao trabalho não assalariado e desvalorizado.

Em “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o combate à violência de gênero: uma revisão sistemática da literatura brasileira”, objetiva analisar a correlação entre os conceitos de "violência doméstica" e "desenvolvimento sustentável" na produção acadêmica brasileira, entre os anos de 2016, ano de lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, a 2021, utilizando-



se de uma revisão sistemática da literatura com o método PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Metaanalyses), nas bases SciELO e Periódicos CAPES

A seguir o próximo artigo apresenta uma reflexão sobre a precariedade do trabalho dos motoristas de aplicativo de entrega no contexto brasileiro a partir de uma posição interseccionalizada entre a dimensão espacial e social, constituindo uma relevante contribuição para a Geografia e Trabalho.

No artigo “A proteção social e a imigração em Portugal: para uma inclusão dos NPT”, analisa o sistema de proteção social português referente aos cidadãos Nacionais de Países Terceiros (NPT), e a política nacional de integração do imigrante.

O próximo artigo “Racismo: do passado ao presente é rubro o terror” demonstra de que modo o contraste social tem relação com o racismo na questão social brasileira, tendo como característica a singularidade de um Estado dependente e do seu contexto histórico-social e cujo objetivo é analisar o exercício da opressão e exploração do povo “não branco” desde o período colonial até a república com transições de regimes feitas pela classe dominante.

Por fim, o artigo “Breves reflexões sobre os resultados do Programa 1 Milhão de Cisternas”, teve inspirações a partir de ações da sociedade civil que aperfeiçoou uma tecnologia social de armazenamento de água da chuva buscavam alternativas para a construção de um ambiente resiliente e sustentável. Esse artigo tem por objetivo trazer a dimensão do P1MC e seus resultados enquanto política pública.

Boa leitura!!!

Comissão Editorial